

SUBJETIVIDADES DIGITAIS: MICROPOLÍTICAS INFO-COMUNICACIONAIS E UMA INTRODUÇÃO PROGRAMÁTICA¹

Digital subjectivities: info-communicational micropolitics and a programmatic introduction

Jackson da Silva Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jmedeiros@ufrgs.br

Resumo

Este artigo, de caráter teórico e desenvolvido via método bibliográfico, objetiva mostrar parte de uma agenda de pesquisa que situa os artefatos digitais a partir de sua constituição como dispositivos de experiência capazes de abarcar situações políticas, éticas, filosóficas, econômicas, culturais entre outros. Para tal, a discussão teórica envolve os conceitos de experiência, dispositivo e subjetividade, através de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, entre outros, possibilitando confronto com a questão digital. Como perspectiva, ao argumentar sobre a discursividade dos dispositivos de experiência a partir da sua capacidade de agenciar, fazer circular e produzir sentidos de comunicação em espaços e tempos próprios levanta a necessidade de discussão sobre as micropolíticas que os dispositivos de experiência proporcionam na construção de sujeitos.

Palavras-chave: Subjetividade; Sujeito; Micropolítica; Dispositivo; Experiência.

Abstract

This theoretical article developed through a bibliographic method aims to present part of a research agenda that places digital artifacts from their constitution as dispositive of experience capable of embracing political, ethical, philosophical, economic, cultural aspects. For this, the theoretical discussion involves the concepts of experience, dispositive and subjectivity, through authors like Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, among others, making possible confrontation with the digital question. As a perspective, in arguing about the discursiveness of the experience device from their capacity to act, to circulate and produce meanings of communication in their own spaces and times, raises the need for discussion about the micropolitics that experience device provide in the construction of subjects.

Keywords: Subjectivity; Subject; Micropolitics; experience device.

1 Introdução

Em 1986², Theodore Roszak (1988, p. 244) já afirmava que “No mínimo sofremos de uma fatura de informações não-refinadas, não-digeridas, que fluem de todos os emissores que nos circundam.”. A abundância de informação parece latente em relatos como esse já há algumas décadas. O acúmulo dela faz crescer os estoques disponíveis, havendo, por consequência, necessidade de lidar com ela tanto em termos de organização quanto de assimilação.

Potencializados pela penetração das tecnologias digitais no cotidiano, assistimos a uma reconfiguração dos modos de existência. As tecnologias digitais de comunicação, carregando uma quantidade de informação que se acumula a cada dia, tornam-se ubíquas, afetando as mais variadas esferas da sociedade, alterando as atividades de mediação, as quais interferem na relação do saber.

Mesmo compreendendo a assertiva de Deleuze – “as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma

parte” (Deleuze, 1992, p. 216), é importante compreender que, para apropriarmos-nos ainda de uma terminologia deleuziana, essas são “máquinas de guerra”, no sentido que ocupam, preenchem espaços e tempos, quando não os criam. A inserção de aparatos digitais na vida, capacitando o homem e a sociedade a se tornarem máquinas superprodutivas de consumo, são aportadas por ferramentas tecnológicas com acesso a múltiplos serviços a uma distância irrisória da mão.

Isso está baseado na condição que a tecnologia digital toma na sociedade, em forma de eficácia, possibilitando que, provavelmente, não tenhamos mais condições de viver sem acesso à internet móvel, sem todos os serviços que a rede pode oferecer, desde um e-mail, passando por componentes bancários imediatos até a comunicação P2P, contatando pares em localidades que não se distanciam mais geograficamente, mas se aproximam de maneira constrangedora. É uma espécie de criação que cria.

A comunicação da informação, já elevada a outro patamar a partir dessas redes digitais, é um substrato essencial à vida humana, atuando como agente social a

ser usado, analisado, estudado etc. A Ciência da Informação tem se afirmado como campo que, como ciência social, estuda, produz e legitima objetos de estudos (saberes) multifacetados. Alicerçada em uma perspectiva inter, multi, pluri, transdisciplinar – a qual muitas vezes exacerba seus efeitos enquanto campo – fundamenta-se nas práticas documentárias para abarcar ideias que são coordenadas, em muitos casos, por áreas diversas. O prolapado discurso do estudo do fluxo informacional, possibilitando, como mencionado, abordagens múltiplas, sugere que o prisma de análise seja frutífero enquanto o entendimento do nexo comunicação-informação acontece em relação ao social e, por conseguinte, ao ser humano, seja afetando ou sendo afetado pelos sentidos. Ou seja, é afetado no corpo, para o corpo e do corpo.

Para nossa empreitada, reconhecemos a informação como pertencente a determinados objetos, matérias, símbolos ou discursos, constituídos por documentos, estruturas cognitivas, ideias etc. Ou seja, o reconhecimento da informação enquanto informação está ligado ao caráter concepcional dela própria, dependendo da posição da entidade que a constitui até a ordem de saber instituída no contexto histórico-social da informação (González de Gómez, 2009). Isso é corroborado a partir de ideia de Marteleto (1995), quando reforça que a informação está ligada a artefatos culturais que mantêm processos simbólicos de produção, controle e distribuição social.

Por essas razões, entendemos que a informação dá sentido ao mundo, não podendo ser idealizada ou considerada como imaterial. Colocar a informação nesse patamar significa assumir que as ações realizadas nos diversos ambientes info-comunicacionais atrelam consequências.

Tradicionalmente o sujeito é o homem que anseia conhecer; o objeto é uma realidade baseada em coisas, fenômenos etc. que o homem (quer) conhece(r). Esse conhecimento é uma resultante de crenças verdadeiras que configuram as condições necessárias e suficientes para que ele seja referendado como tal. Enfrentando esse projeto, alicerçamo-nos na compreensão e prospecção do pensar na experiência, tomando a constituição das ciências humanas, na concepção do nascimento do homem como objeto de estudo da modernidade.

Pensando dessa maneira, inferimos que os pressupostos do conhecimento, ligados ao sujeito e ao objeto, estão em relação direta com a gênese da informação em sentido do que é performado pelos artefatos. Ou seja, a produção de conhecimento não está centrada no sujeito ou no objeto, mas nas relações que insurgem e que as conformam como produtoras de experiência.

Assumimos, consonantes à Foucault (2014b, p. 41), que “A análise e a crítica política estão, em boa parte, por inventar – mas inventar também as estratégias que

permitirão, ao mesmo tempo, modificar essas relações de força e coordená-las de maneira que essa modificação seja possível e se inscreva na realidade.”. Por se tratar de um trabalho de delinea caminhos a serem percorridos, buscamos uma estruturação de elementos básicos. Permite-nos, desta forma, instituir aqui um caráter sinuoso e, até mesmo, experimental, trazendo à baila a afinidade teórica e conceitual com alguns autores, não relegando outros que, afins ou não, contribuem para construção do objeto em discussão, performando análises de questões essencialmente micropolíticas. Através de diferentes abordagens – sem buscar descartá-las, reduzi-las ou, até mesmo, corrompê-las – procuramos situar nossa compreensão sobre o tema.

Percebendo que a informação deve ser encarada para além de seus suportes transmissores, deve ser vista como agenciadora de teorias, conceitos e metodologias relativas à sua constituição micropolítica como agente instaurado e instaurador das relações do campo social. Sua análise parte de sua concepção como elemento que caracteriza a comunicação do conhecimento em estruturas de relações sociais, políticas, econômicas, morais, culturais etc. que extrapolam o objeto em si e fazem com que sua atividade no mundo social possa ser compreendida.

Antes de pretender uma discussão sobre métodos e conformações a se utilizar na pesquisa, buscamos fugir de uma “ilusão de realidade”, como descreve Vizer (2011). Evitamos um objeto ou processo ontológico objetivo, alicerçando-nos em “um conjunto de fatos sobre os quais realizamos um recorte e organização de observações e distinções” (Vizer, 2011, p. 54), evitando o senso comum que possa ser cooptado por qualquer disciplina. Não pretendemos apresentar nosso trabalho como uma verdade ou representação desta, mas, sim, uma reconstrução do aspecto social, sem separação entre fatores como economia e política, moral e cultura, por exemplo. O que se pretende é fugir de uma conduta que crie barreiras de conhecimentos circunscritos a uma disciplina, indo em direção ao que é compreensivo sobre a discussão.

Entendemos que a questão aqui colocada não se prende a conceitos específicos ou estruturas teóricas prontas, mas, sim, a um cipoal de conceitos, técnicas, culturas, linguagens, ideologias, representações, identidades, perspectivas e projeções que lançam luz sobre a constituição do sujeito, fazendo perceber que a formação do indivíduo se dá por fluxos que, naturalmente, são incontáveis e agora potencializados, aumentados pelas tecnologias digitais. A opção feita para propor esta análise se dá a partir dos dispositivos de experiência de poder/saber, ou seja, a construção dos sujeitos por formas/jogos que se colocam em atuação na sociedade e que constroem regimes de verdade.

Sendo mais específico: a colocação do sujeito em uma perspectiva que o conjuga com o fluxo de comunicação da informação, em uma lógica que coordena dispositivos de informação que se tornam construtores de subjetividades e que alicerçam possibilidades de ideias, memórias, afetos etc. não possibilita a existência de vácuo nesse fluxo. Chamamos o estudo dessas relações de micropolítica.

Peter Pál Pelbart (2000) inicia a obra *A vertigem por um fio* mencionando que estamos assistindo nossa redução ao quase nada, a uma angústia constante de um abismo que cada vez se abre mais e seu fundo contínuo se torna um causador de interrogações sobre onde ou quando o fundo real vai chegar. Alerta também que é necessário ultrapassar o susto que trava e ir ao encontro do susto que desperta e permite reinvenções, atentando para os riscos, as ofertas e as urgências as quais nos lançam do atual. “Conviria perguntar quais forças hoje estão dando novos sentidos ao termo subjetividade, em que medida tais sentidos distam dessa matriz da contradição ou da reapropriação ou da presença a si citada acima e, sobretudo, que novos poderes, de afetar e de ser afetado, essas forças inauguram” (Pelbart, 2000).

As micropolíticas da informação são o que alicerçam o que empreendemos designar como dispositivos de experiência. Acreditamos que sua contribuição está, ao mesmo tempo, em uma ampliação e em um cinzelar do objeto de estudo “informação”. Queremos, dessa forma, empreender a partir de dois polos que, compreendemos, entrecruzam-se. O primeiro polo técnico-tecnológico e o segundo político. De um lado temos as relações conformadas pelo objeto e pela tecnologia que o envolve – fazendo compreender por tecnologia não apenas os aparatos digitais que assumem vital importância em tempos atuais – e do outro lado as ideias que permitem a construção da subjetividade que desembaraçam esse cordão, como dispositivo e experiência. Desta forma, pretendemos não censurar nenhum aspecto dessa construção micropolítica. Queremos, pelo contrário, descrever a interpenetração entre tecnologia e política.

O objetivo deste artigo é a apresentação de parte de uma agenda/um programa de pesquisa que situa os artefatos digitais a partir de sua constituição como dispositivos de experiência, capazes de abarcar situações políticas, éticas, filosóficas, econômicas, culturais etc. Neste trabalho, especificamente, a pretensão é delimitar algumas questões da relação entre comunicação da informação (pelo olhar da experiência e do dispositivo) e subjetividade, ainda que aponte outros elementos que se fazem necessários à construção e ao entendimento, sem deixar de reconhecer a complexidade que os encerra. Optamos, para isso, uma articulação teórico-metodológica que compreende questões sobre experiência, dispositivo e subjetividade a partir de autores que busquem elucidar

e/ou fornecer subsídios para o ensejar do trabalho, utilizando-os como ponto de partida.

“Dizer que ‘tudo é político’ é mostrar essa onipresença das relações de força e sua imanência em um campo político” (Foucault, 2014b, p. 40), permitindo olhar a informação a partir de pontos múltiplos, sem perder de vista contextos críticos que estão além do ciclo de reprodução corporativa (González de Gómez, 2009). Luzes devem ser lançadas em atores, atividades e instituições que desempenham funções decisivas no processo de mediação da comunicação da informação.

2 Experiência e Dispositivo

A sociedade produz seus artefatos tecnológicos – incluindo aqui todos os artefatos de tecnologia, independente do seu caráter exclusivamente computacional – e sofre atuações, agenciamentos, posicionamentos, da sua própria criação. Esse ambiente pode ser constituído, ainda em uma visão restrita – que pretendemos desenvolver ao longo desta agenda –, como uma *infosphere*, que, nas palavras de Floridi (1999, p. 44), é “o ambiente constituído pela totalidade de entidades de informação – incluindo todos os agentes – processos, suas propriedades e relações mútuas.”. Para empreender a ideia de fundo, é importante compreender que os dispositivos digitais, atuantes a partir de aglomerados de informação, como *big data*, provocam alterações no modo de reconhecimento e de atuação do sujeito em uma sociedade onde grande parte das relações sociais ocorre à distância. Por esses motivos tentamos entender que os artefatos digitais constituem dispositivos de experiência.

Compreendemos que isso se torna interessante ao considerarmos a ideia moderna de que o conhecimento apresenta dois elementos básicos: o sujeito e o objeto, onde o desenvolvimento científico e tecnológico altera a reflexão social que se deve fazer a partir de seus alicerces. Essas transformações, micropolíticas, colocam-se de um lado modificando o objeto do conhecimento e do outro o sujeito do conhecimento. As categorizações ontológicas de sujeito e de conhecimento não mais se configuram como guias de proposições fixas de uma infraestrutura do pensar.

Dessa maneira, os pressupostos do conhecimento, ligados ao sujeito e ao objeto, estão em relação direta com a gênese da informação em sentido do que é performado pelos artefatos. Ou seja, a produção de conhecimento não está centrada no sujeito ou no objeto, mas nas relações que insurgem como produtoras de sentido no que diz respeito à sua experiência.

Recorremos a Foucault (2012a) para compreender como os indivíduos são levados a reconhecerem-se como sujeitos, descrevendo um eixo triplo: o saber, o

poder e a subjetividade. Os dois primeiros investigados a partir de medicina e da psiquiatria e das práticas punitivas e disciplinares e o terceiro relacionado ao modo como os indivíduos são levados a se reconhecer como objetos de saber, assentindo-se efetivamente como sujeitos.

Foucault apresenta, no início da obra *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (2012a), uma conceituação – muito mais uma noção – do que podemos compreender por experiência. Para o autor, experiência é uma constituição que ocorre a partir da

instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (Foucault, 2012a, p. 9-10).

Claire Blencowe (2012), ao apresentar um estudo que denominou “experiência biopolítica”, busca compreender essa ideia a partir de alguns elementos, como a tradição sociológica. Para a autora, experiência

é vista como aquilo que confere significado, ou concede acesso à significação, ao mundo. [...] A experiência está associada à profundidade, dimensionalidade e complexidade de compreensão. A experiência pode ser o repositório de lições históricas, o senso de conexão com o mundo ou o além do mundo. A experiência está associada à emoção, encarnação e estética, bem como à ciência empírica. (Blencowe, 2012, p. 19).

Segundo a autora, Foucault está interessado na formação histórica da experiência através de um processo de experimentar, o qual testa os limites do que se percebe e habita, indo ao encontro de uma abstração da vida. Perceber, ver, julgar, sentir, conhecer, ser sujeito, onde as políticas que podem fabricar esse sujeito constituem a experiência, como “a história dos corpos e da verdade é a história da formação da experiência” (Blencowe, 2012, p. 20), concebida como um arcabouço organizador dos campos sociais a partir do saber. Faz alusão ainda – e isso nos parece trazer clareza do intuito dos autores – ao termo francês *expérience*, possuidor de duplo sentido, significando tanto “experiência” quanto “experimento”.

Como aponta Scott (1991), a evidência da experiência mantém um status de reprodutibilidade muito maior do que um estado de contestação, fazendo com que transpareçamos as amarradas da experiência, trazendo à baila o exame crítico do funcionamento do próprio sistema ideológico, das categorias de representação, que regularizam as noções de sujeito, origem e causa. Luta constante entre o normal, normalizado, regulado, e o anormal, fruto do desejo não freado, já que o quadro conceitual dominante não enquadra o que está fora dele.

O escrutínio dos processos discursivos, como aponta a autora (Scott, 1991, p. 779), possibilita pensar que “não são os indivíduos que têm experiência, mas sujeitos que são constituídos através da experiência”. Segue a autora:

A experiência nessa definição torna-se, então, não a origem de nossa explicação, não a evidência autoritária (porque é vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim aquilo que procuramos explicar, sobre qual conhecimento é produzido. (Scott, 1991, p. 779-780).

Foucault (1988, p. 471) considera que experiência se relaciona com uma história de discursos verdadeiros, ou seja, “com discursos que retificam e corrigem a si mesmos, e que realizam todo um trabalho de autodesenvolvimento governado pela tarefa de ‘contar a verdade’”.

Entendemos que isso possibilita enxergar uma simbiose entre o pensar e o agir, entre o construto teórico e a prática, entre políticas que afetam e são afetadas por sistemas criados para regulação, ou, ainda, as relações políticas que fabricam sujeitos que se mantêm docilizados de forma intelectual. Essas reflexões podem ser pensadas a partir de dispositivos.

Ao estabelecer relações entre o sujeito e sua forma de agir, Foucault aponta para a reflexão sobre a origem do agir, do pensar, do modo de existir que determina o pertencimento: “A maneira como as pessoas agem e reagem está ligada a uma maneira de pensar, e essa maneira de pensar está, naturalmente, ligada à tradição” (Foucault, 2014a, p. 291-292). O dispositivo em Foucault é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, amplo e delimitador: no primeiro caso porque possibilita maior abrangência sobre compreensões informacionais, e, no segundo, porque permite especificar e configurar margens, sempre fluidas, dos conceitos trabalhados.

Como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2012b, p. 367), a noção de dispositivo é assim enunciada pelo autor:

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição, ou, ao contrário, como elementos que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que

também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (Foucault, 2012b, p. 364-365).

Oriunda de sua etapa genealógica, a noção de dispositivo, em Foucault, configura-se em estratégias que conformam as ideias e os corpos a partir de contingências instauradas que tomam como apoio relações de saber e de poder. São relações de força sobre as ações e regulações do que pode ser considerado como verdadeiro.

Foucault coloca o dispositivo em posição estratégica, ou seja, processo de resposta a partir de um tipo de causa-efeito em permanente rearticulação do atuar e do receber uma resposta, formando “preenchimentos estratégicos” com resultados que não são necessariamente esperados a partir de ações do dispositivo. O dispositivo não nasce do abstrato, mas de fatores espaço-temporais, isto é, contextualizado em um campo com matrizes objetivas e subjetivas, respondendo a urgência do campo social a partir de relações de saber-poder.

Agamben (2009) amplia a noção de Foucault, e Bussoluni (2010) toma um caminho próximo, situando o dispositivo como uma ferramenta de análise e compreensão das relações de forças que estão em movimento e em embate em um campo social. O dispositivo assim é colocado como um instrumento de captura, orientação, determinação, modelagem e controle de gestos, condutas, opiniões e discursos.

A resposta a que o dispositivo se presta é um processo que gera outra resposta, com trocas contínuas através de interações que se organizam espaço-temporalmente. Isso gera uma confluência de elementos que, inclusive em sua heterogeneidade, coordenam-se e desordenam-se, “o que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força” (Foucault, 2012b, p. 366-367), independentemente do tipo de ordem instaurada e da sua heterogeneidade. O dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2012b, p. 367).

Foucault coloca o dispositivo na relação que o sujeito mantém com a sociedade, atuando em um tipo de vigilância coordenativa da sua atuação. Um sentido de imposição de vontades, de constrangimentos e de opressões que se pauta, como aponta Agamben (2009), pela normatividade, pelas instituições, pelas palavras, pelas ordens, pela liturgia que é interiorizada.

O dispositivo visto pelas relações de poder permite que este se mantenha ativo não por forças contrárias à vontade, mas na constituição do sujeito e na sua produção, enquanto saber e prazer. O dispositivo não

se encerra no objeto enquanto dispositivo, mas vetoriza e transporta uma série de elementos que permitem a análise do objeto (Chignola, 2014), com atuação em outros elementos da rede, criando, alterando, controlando, agindo sobre eles.

A capacidade dos dispositivos de produzir sujeitos é a competência, ou falta dela, de se constituir como tal, uma vez que é a base de um reconhecimento que deve responder a determinadas necessidades. O dispositivo luta, investe na docilização dos corpos, já que seu funcionamento depende da subjetivação (Agamben, 2009).

A fabricação do sujeito ocorre por relações em série, sendo o sujeito também um dispositivo que se conecta a outros dispositivos, agindo e fazendo agir (Chignola, 2014). O dispositivo seleciona e faz funcionar a seleção, o agrupamento e a disseminação de potenciais conjuntos informacionais capazes de estabelecer ações de informação tomadas como verdadeiras.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 2012b, p. 52).

As ações que são instauradas pelos dispositivos não podem ser consideradas ao acaso, como eventualidades. Devem, pelo contrário, ser pensadas pela razão justificada do regime de verdade que funda uma ordem das coisas capaz de criar um novo regime que esteja validado e reconhecido pelo regime atual.

A experiência se articula a partir, através e como efeito das relações de poder e saber dos dispositivos que fabricam o sujeito. Dispositivo e experiência são conceitos que se coordenam na busca daquilo que é o disposto, a cristalização das micropolíticas dos poderes-saberes, uma elucidação das condições de existência do ser, do saber e do poder, que produzem o sujeito.

3 Subjetividade

Scott (1991, p. 775) afirma que “conhecimento é ganho através da visão; visão é uma apreensão do mundo de objetos transparentes”. A transparência de um objeto está na apuração das relações em que ele se insere, uma vez que, partindo novamente da autora, possa não ser profícuo procurar a identidade do objeto, mas a sua participação no movimento, “fazer o movimento visível quebra o silêncio sobre isso” (Scott, 1991 p. 774), procurando seu senso micropolítico.

É oportuno realizar uma delimitação inicial para compreender por quais caminhos trilhamos nossa

perspectiva. Entendemos que essa delimitação, ainda que apresente fronteiras borradas, pois “a subjetividade, de fato, é plural” (Guattari, 1992, p. 11), é fundamental, visto a complexidade do objeto e dos campos que atuam em seu estudo. A compreensão aqui empregada diz respeito às relações de força/poder que inter cruzam corpos e fabricam sujeitos. Isso se relaciona diretamente com a ideia de Foucault:

Entre cada ponto de um corpo social [...] passam relações de poder que não são a projeção pura e simples do grande poder soberano sobre os indivíduos; elas são, antes, o solo móvel e concreto sobre o qual ele vêm ancorar-se as condições de possibilidade para que ele possa funcionar. (Foucault, 2014b, p. 39)

Isso nos permite concordar plenamente com Deleuze (1992) quando afirma que a preocupação foucaultiana não diz respeito à nomeação do sujeito como pessoa ou identidade, mas como um processo, chegando à subjetivação; na perspectiva deste trabalho, através do desenvolvimento constante de produções maquinicas de subjetividade (Guattari, 1992).

Guattari e Rolnik (2005, p. 33) apontam a subjetividade advinda de uma forma maquinica de acontecer, “fabricada, modelada, recebida, consumida”, chamando atenção para o fato que “as máquinas de produção da subjetividade variam”. Essas máquinas são, atualmente, baseadas em sistemas capitalísticos, onde a produção ocorre em nível industrial, principalmente pela grande quantidade de aparatos digitais e a facilidade de acesso a eles.

Jesse Bazzul (2016), ao discutir trabalhos de Louis Althusser, Judith Butler e Michel Foucault, aponta que a ideia de subjetividade ocorre a partir de aparelhos ideológicos que se constituem através do domínio de práticas, não sendo tomadas como uma consciência destruída ou afetada por falsidades, mas uma fabricação de realidades sociais baseadas nessas práticas. Ou seja, práticas repetidamente instauradas que produzem o sujeito; “traduzidas por meio de discursos, um sujeito chega a adquirir um determinado conjunto de práticas, também feitas por meio de discursos, que retroativamente confirmam as crenças” (Bazzul, 2016, p. 9). Queremos, aliado a isso, perceber uma relação mais complexa e de completude, onde o ser também se coloca na construção do sujeito.

Foucault aborda em diversos de seus trabalhos a ideia do poder como produtor de subjetividades. O discurso é fundador de uma fluidez estratégica e contextualmente impellido e constituído de complexidade de vias de atuação. O sujeito passa a ser produzido, fabricado, subjetivado, mas não determinado. Como Foucault (2014a) alerta, ainda que haja aprendizado pelo ensino de verdades e doutrinas, é importante reconhecer-se naquilo que se tem afinidade, estabelecendo domínio e controle de si.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística [...] não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou a identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta com grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (Guattari & Rolnik, 2005 p. 35).

É interessante pensar que Foucault, para além do fenômeno da analítica de poder, se detém em torno dos modos pelos quais os seres humanos acabam se tornando sujeitos, empreendendo uma economia das relações de poder, a partir do uso das “formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida” (Foucault, 2013, p. 276). Isso possibilita entender como o poder/saber circula, como funciona, como se espalha pelo fluxo informacional latente, uma vez que se aplica “à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, impõe-lhe uma verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele” (Foucault, 2013, p. 278).

Os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém, não constituem apenas o ‘terminal’ de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas. (Foucault, 2013, p. 279).

São “relações de poder” e “relações de comunicação” que Foucault (2013) alicerça para a compreensão desse fenômeno. As primeiras se exercem através da produção e troca de signos; as segundas se orientam nas finalizações que induzem o campo de informação de outros, exercendo, assim, relações de poder. Sendo as relações estabelecidas entre esses elementos não constantes, mas, sim, fluidas, capilares, podendo ocorrer em blocos de comunicações que se apresentam como um conjunto regulado de procedimentos de poder em sujeitos livres.

Em um sentido provisório, subjetividade, é

o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (Guattari, 1992, p. 19).

Isso faz com que a subjetividade seja fabricada, produzida, permitindo a construção de um tipo de identidade civil, memorial, comportamental, moral (Pelbart, 2000). Esse tipo de organização dos comportamentos, compreende algo sobre a cultura. Neste tema, Guattari e Rolnik (2005) dizem que a cultura de massa produz os indivíduos e seus sistemas – de valores, hierárquicos, de submissão – que são implicitamente instaurados como submissão dissimulada e inconsciente, em uma constante produção de subjetividade social, garantindo sua

manutenção, sua hegemonia em um sistema capitalista que precisa ser sempre abastecido.

a produção de subjetividade [... não é] apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais; a partir do momento em que consideramos a produção de subjetividade como sendo matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais ‘desenvolvidas’ [...] Esta é a matéria-prima do próprio movimento que anima a crise mundial atual, essa espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas e biológicas, através da incorporação massiva da telemática, da informática e da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e de mídia. (Guattari & Rolnik, 2005 p. 34).

Ainda que se possa pensar nas produções maquinicas da subjetividade como formas positivas ou negativas, sua valoração deve ser interposta por agenciamentos coletivos de enunciação (Guattari, 1992). O autor ainda diz que a sua utilização para melhor adviria da criação de novos universos referenciais, como uma ressignificação da mídia, com acesso às bases de dados, interação P2P etc.; a pior, da mass-midialização embrutecedora.

Não havemos de esquecer, sem dúvida, que a subjetividade mantém sua relação com a lógica capitalística, principalmente no tocante às máquinas tecnológicas de informação e de comunicação que tomam posição central na subjetividade atualmente, abarcando a memória, a inteligência, a sensibilidade, os afetos etc. (Pelbart, 2000), criando um deslocamento do indivíduo do seu habitat, fazendo-o viver novas experiências.

O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar. (Guattari, 1992, p. 17).

A questão é que essa formação não se dá a partir de um aspecto, de uma especificidade de controla o mundo e as potências de produção; ocorre a partir de relações que consideramos micropolíticas. Essa abordagem permite compreender que ainda existem sistemáticas formativas do sujeito, requeridas como dispositivos. Ou seja, compreendendo que a produção do sujeito se dá a partir da existência de um poder que atua sobre o corpo, no corpo e do corpo, necessita da compreensão de uma regularização potencialmente relacional.

Judith Butler (2017, p. 89), ao se reportar à obra *Vigiar e Punir*, diz que “só se habita a figura da autonomia sujeitando-se a um poder, uma sujeição que implica uma dependência radical”, acarretando formação do corpo discursivo; não uma imposição exterior, mas uma “feitura” regulada que o produz, ativando um tipo de restrição produtora de identidade.

A produção de subjetividade não está ligada, necessariamente, a um poder criado de forma controladora de situações e relações sociais. A produção da subjetividade está ligada à constituição de uma infraestrutura, da matéria-prima de toda e qualquer produção, modelando os afetos, os prazeres, a memória, a percepção, os modos de agir (Guattari, 2005 [Guattari; Rolnik]).

Pelbart (2000) se orienta não mais pela criação de formas, mas exatamente o oposto: é quase amorfo ou, ainda, polimorfo, uma vez que não é mais uma estrutura capaz de capturar o corpo, mas de imaterialidades que constituem uma nova materialidade além-corpo. Constituição rizomática que não se prende a aspectos duros de prospecções duras, possibilitando, inclusive, resistência às capturas.

Aqui nos parece importante realizar duas menções em relação aos não humanos. Estes são criados a partir de designações humanas, como os programas de computador, as invenções maquinicas etc. Se formos mais longe, as máquinas que geram máquinas – com *machine learning*, por exemplo, criam um processo distinto de subjetividade. Teríamos que nos perguntar a que ponto se colocam os desígnios humanos nesse sentido. A distinção, ou melhor, o chamar atenção é válido pois existe uma retroalimentação de um sistema da ordenação subjetiva.

O sujeito passa a ser visto como uma constituição de acontecimentos, de experiências que condicionam o ser a partir de disposições. Mesmo que os acontecimentos, os objetos, os artefatos, ou melhor, os dispositivos não falem por si só, arregimentam uma série de outros dispositivos, referindo-se a uma série discursiva única. O que está em jogo é exatamente a relação a ser compreendida por objetos e sujeitos.

O que apreendemos, ainda que compreendida a complexidade de exploração e definição de linhas que possam delimitar o assunto, concordando com Butler (2017, p. 95) é que “todo esforço de produzir um sujeito por meios disciplinares não se completa, mas continua incapaz de rearticular os termos dominantes do poder produtivo”. Como afirma a autora (2017, p. 98), a sujeição “não é apenas uma subordinação, mas uma garantia e manutenção, uma instalação do sujeito, uma subjetivação”. Isto é, um processo que carrega e efetiva o corpo, transformando a informação no efeito e na dimensão do investimento feito na relação de poder com o corpo.

4 Subjetividade, dispositivo e experiência em confluência digital

Pelo que expomos até o momento, compreendemos que essa subjetivação é transmitida através de dispositivos, nas mais variadas formas, contextos, oportunidades etc. Entendendo que a informação é o acontecimento que

dá sentido ao mundo, que os aparatos são, na realidade, dispositivos informacionais de experiência que fabricam o sujeito digital em um mundo cravejado por dispositivos – os digitais, eles têm especial interesse para nós.

Compreendemos que nosso objeto se coloca principalmente em ambiente digital, isto é, a partir do que as redes digitais, com suporte da internet, proporcionam como canais de ações discursivas – considerando tanto a produção quanto o uso que deriva do fluxo informacional –, ou seja, constituem-se de espaços simbólicos e políticos que permitem a construção de sentidos que são guiados pela fluidez e pelo fluxo da informação. Deste/Neste espaço é onde se colocam as relações de poder que coordenam os aspectos sociais que produzem o sujeito digital.

Talvez uma pergunta colocada por Judith Butler (2017, p. 96-97) nos permita compreender essas vicissitudes da relação sócio-corpórea: “qual é a relação entre corpo como lugar e os investimentos que esse lugar recebe ou suporta?”. Intentamos perguntar isso pois entendemos que a formação do sujeito digital injunge um custo, visto que outras questões, a partir dessa, impõem-se, como, por exemplo: como se dão as maneiras de construir conhecimento? Qual o papel dos dispositivos de experiência na produção do conhecimento? Qual o impacto de estruturas digitais que afetam de forma substancial a vida humana e produz modos de subjetivação? São perguntas que não apresentam resposta direta, mas exigem que investigações nas suas microformas de processamento sejam conduzidas, buscando os efeitos do sujeito digital.

Baseados em seres hiperprodutivos, que são fabricados para um modo de desempenho total, há uma criação de prazeres que, em realidade, assume uma limitação de estragos em uma “competição [que] faz priorizar o urgente à custa do importante, a ação à custa da reflexão, o acessório à custa do essencial” (Lipovetsky, 2004, p. 77). O sujeito é produzido a partir de um ser hiper-produtivo, onde o estar esgotado já está superado, aceito, constituído. O tempo é de desejo e consumo. Não há mais tempo para ter tempo, apenas tempo para inundar a todos com informações em abundância.

Os maquinários, como dispositivos, que fornecem informação são sistemas abastecidos e abastecedores. Retroalimentam necessidades produtivas de um sistema de fluxo contínuo, produzindo uma mescla de necessidade de exposição e necessidade de consumo, que gera, em uma sociedade do desempenho baseada em pluralidade, excitações e de vontades múltiplas, de mostras daquilo que é permitido, incentivado; uma cooptação de sentidos que se proliferam e que instigam outros sentidos. O desempenho é proporcionado por si, mas as disposições criadas não partem de si, mas de

condições que vão além do controle, da disciplina, instaurando uma biopolítica que produz e faz produzir, inclusive prazer. A informação, seu excesso, seu fluxo contínuo, sua fluidez, faz parte de uma proposta que cria uma necessidade e, conseqüentemente, uma ansiedade informacional.

Isso não ocorre por uma fundação de pesquisas exclusivamente neste campo, mas por todo um aparato humano e de pensamento social que agencia e é agenciado por esses artefatos tecnológicos. São, assim, dispositivos de experiência; de uma experiência humana que “contém um elemento criador de natureza imaginária que, sim, concretiza-se em fenômenos materiais e identidades coletivas, mas jamais se reduz a esses elementos, sob pena deles perderem sua capacidade de renovação” (Rüdiger, 2004, p. 80).

É o caso de compreender, a partir da perspectiva foucaultiana, a sociedade moderna situada em relações de produção a partir da atuação do neoliberalismo, necessitando de dispositivos que permitam certo tipo de controle sobre o corpo. A biopolítica nasce nesse bojo como dispositivo de normalização das populações, oriunda da necessidade de produção constante calcada no desenvolvimento da sociedade.

A biopolítica, fundamentada em Foucault, coloca-se na compreensão de que o corpo sofre uma incorporação do poder, agindo na experiência do ser a partir de sua construção histórica, na relação com outros, com o mundo. A experiência, em certa medida, funda a inteligência humana, processo, como entendemos, social, nessa biopolítica da experiência, como nomeia Blencowe (2012). Como aponta a autora, os dispositivos biopolíticos que produzem a incorporação da força de produtividade podem ser positivos e/ou negativos, uma vez que há alteração afetiva e epistêmica sobre a experiência que reorganiza as esferas ética e política, fazendo variar o espaço-temporalidade da verdade. As análises destes aspectos devem corresponder aos microcosmos a que respondem, dependentes da criação de experiência em que o corpo está envolvido e se envolve.

Delineamos, neste sentido, que as ações de conhecer se orientam como ações que definem um saber a partir da experiência com a informação e como são capazes de induzir; mais do que isso, são hábeis na guia de condutas sociais, políticas, econômicas, éticas, culturais etc. Em nosso caso, com interesse especial sobre a reconformação da experiência, parece-nos fundamental problematizar os limites ou suas inexistências ou suas opacidades, a partir da utilização da informação disponível em sistemas digitais em seu caráter micro e biopolítico. Não nos resta outro modo de entender, a não ser o elocubramento de que todo esse processo – os efeitos que são discutidos por princípio – é oriundo das experiências que se baseiam em dispositivos.

As formações de subjetividade se alteram de forma radical no homem moderno em relação ao pós-moderno, deixando de demarcar territórios próprios e bem-acabados, contanto com uma fluidez que não se resume a um pensar ou a uma estrutura cognitiva de olhares únicos e formatados para uma linha de pensamento; há, sim, uma riqueza de formações que constroem os sujeitos de uma forma que nem eles mesmos tenham controle. O corpo não é mais a amarra de um ser, mas a materialização de diversas formas de coincidir experiências.

O maquinário tecnológico ao qual dispomos – e muito provavelmente aquele que ainda será criado – atua em via de mão dupla: como um complemento, ou melhor, uma extensão daquilo que somos, criando, forjando, mas também fazendo parte do sujeito; e como um sujeito fabricado a partir das maquinarias. Retornamos à nossa introdução: a produção de sentidos extrapola o sujeito e/ou o objeto, concentrando-se nas relações que ocorrem a partir da informação que produz experiências, ou seja, micropolíticas.

As relações micropolíticas mantêm, com seu carregamento fundado na subjetividade exposta por dispositivos de experiência, linguagem própria a partir de manifestações que não se circunscrevem a um campo, área ou disciplina, mas, pelo contrário, são absorvidas, reagrupadas, refundadas, esculpidas para criar (con)formações próprias, fundando-se prática e teoricamente: a primeira ligada à ação, a outra ligada às questões teóricas, conceituais, metodológicas. Ambas se colocam, tradicionalmente, sob o arcabouço discurso.

5 Considerações de perspectivas

Vislumbramos nomear esta seção de “Considerações de perspectivas”, e não “Considerações finais” ou “Conclusões”, em vista da complexidade do tema, da percepção de que qualquer tentativa de conclusão será distorcida logo à frente e das possibilidades que uma agenda de programa visa fornecer. As mutações sociais, principalmente as amparadas por artefatos tecnológicos, alteram sua própria constituição e, por consequência, o modo com que os sujeitos são fabricados e se constituem como sujeitos. Deste modo, preferimos falar em perspectivas.

Como pretendemos demonstrar, este trabalho tem a intenção de servir como um guia, um panorama do objeto a ser desenvolvido em pesquisa, constituindo-se em uma espécie de esqueleto ainda (e sempre) inacabado do que vem sendo e virá a ser percorrido. Pretendemos deixar claro, ao mesmo tempo, tanto a complexidade da empreitada proposta quanto a possibilidade de agregação de teorias, conceitos e sistematizações que podem se enquadrar nessa lógica, mesmo entendendo que o espaço disponível impõe cortes severos na estrutura teórica e conceitual

apresentada, deixando de lado um cipal de autores, ideias e conceitos. Esses fatores nos colocam na intenção de seguir explicando e produzindo questões que balizem o que chamamos de micropolíticas.

Como perspectiva, podemos dizer que *precisamos com urgência de uma discussão aprofundada sobre as micropolíticas que os dispositivos de experiência proporcionam aos indivíduos, fabricando-os como sujeitos*. Nosso intuito é, de forma geral, uma transposição, não somente baseada em tecnologia, mas na linguagem, nos atos sociais, culturais, éticos, políticos, entre outros, como constituidores de um sujeito digital; a detecção de possíveis experiências que são vivenciadas em ambientes digitais, as quais fomentam um saber-poder que se impõe através de dispositivos de experiência.

Os dispositivos de experiência são discursivos a partir da sua capacidade de agenciar, fazer circular e produzir sentidos de comunicação em espaços e tempos próprios. A produção de sentidos, que antes se dava a partir da separação entre sujeito e objeto, agora se dá na relação que os produz. Os efeitos produzidos estão em constante movimento, criando um *fluir* de identidades, acontecimentos, perspectivas etc. que só podem ser analisados se percebemos suas relações.

Podemos acrescentar a isso, a ideia de Theodore Roszak na obra *O culto da informação* (1988), onde menciona que os fatos, os acontecimentos, a informação propriamente dita, não determinam a política; antes, pelo contrário, é a política que determina a informação (o acontecimento, o fato etc.) a partir de sua seleção, ajustamento, disposição, narração, distorção. A informação é, dessa forma, um farto insumo micropolítico desordenado, como também seu produto. Ora, as micropolíticas a que estamos subjacentes se colocam como um grande arcabouço capaz de se utilizar da própria informação para, a partir de disposições sobre a informação, constituir sua biopolítica, seu status de fábrica de subjetividades.

Nossa agenda, ao compreender que um artefato não se encerra nele mesmo, mas faz parte de uma névoa que o agrega e o compõe de informações, necessita investimentos de investigação nos sistemas micro políticos, escrutinando-os como dispositivos de experiência, em suas ambiências físicas, sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outras. Isso proporciona olhar sobre as articulações que afetam a fabricação do sujeito contemporâneo.

Chegamos à ideia de que o sujeito, na realidade, constitui-se em um sujeito em ampla dimensão política (social, ética, comercial, econômica etc.), criador e criado por crises, rupturas. Como desejamos ter deixado claro – e esperamos ter conseguido –, não advogamos em prol de causas, mas em uma tentativa de que as disposições colocadas para a constituição do

sujeito – principalmente o sujeito digital – possibilite que ele ao mesmo tempo possa se colocar em posse de si na relação com os outros, fornecendo possibilidades analíticas de construção do (ser) social. Esperamos aclarar mais essas ideias em trabalhos futuros.

Notas

- (1) Este trabalho é fomentado pelo CNPq (Processo 431367/2016-7).
 (2) A versão original do livro data de 1986.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é um dispositivo? // AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- Bazzul, J. (2016). *Ethics and Science Education: how subjectivity matters*. Switzerland: Springer, 2016.
- Blencowe, C. (2012). *Biopolitical Experience: Foucault, Power and Positive Critique*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2012.
- Bussolini, J. (2010). What is a dispositive? // *Foucault Studies* 10 (2010) 85-107.
- Butler, J. (2017). *Sujeição, resistência, resignificação*. In: Butler, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.
- Chignola, S. (2014). Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. // *Cadernos IHU ideias*, 12:12 (2014) 3-18.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- Floridi, L. *Information ethics: On the philosophical foundation of computer ethics*. // *Ethics and Information Technology*, 1 (1999) 37-56.
- Foucault, M. (2014a). *A Ética Do Cuidado De Si Como Prática De Liberdade*. // Foucault, M. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- Foucault, M. (2014b). *As Relações De Poder Passam Para O Interior Dos Corpos*. // Foucault, M. *Ditos & Escritos IX: genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.
- Foucault, M. (2012a). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.
- Foucault, M. (1988). *Life: Experience and Science*. In: Foucault, M. *Aesthetics, method, and epistemology*. [S. l.], The New Press, 1988.
- Foucault, M. (2012b). *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012b.
- Foucault, M. (2013). *O sujeito e o poder*. In: Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- González de Gómez, M. N. (2009). A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. // *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2:1 (2009) 115-134.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- Guattari, F.; Rolnik, S. (2005). *Micropolítica: cartografias do desejo*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- Marteletto, R. M. (1995). *Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social*. // *Ciência da Informação*, 24:1 (1995).
- Pelbart, P. P. (2000). *Subjetividade Contemporânea*. // Pelbart, P. P. *A vertigem por um fio*. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- Roszak, T. (1988). *O culto da informação*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Rüdiger, F. (2004). *Introdução às teorias da cibercultura: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- Scott, J. W. (1991) *The evidence of experience*. // *Critical Inquiry*, 17: 4 (1991) 773-797.
- Vizer, E. A. (2011). *A trama (in)visível da vida social: comunicação, sentido e realidade*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Copyright: © 2019, Medeiros. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 2019-01-11. Accepted: 2019-06-24